Nº 233
IGREJA E APOSTOLADO POSITIVISTA DO BRASIL

O AMOR POR PRINCÍPIO, E A ORDEM POR BASE,
O PROGRESSO POR FIM

Viver para outrem. *Viver às claras.*

AS RELAÇÕES

ENTRE OS CATÓLICOS E OS POSITIVISTAS

No intuito de trazer mais uma contribuição tendente ao estabelecimento das relações sinceramente cordiais que Augusto Comte recomendou aos seus discípulos, para com os atuais representantes do Catolicismo, invocando os mais elevados motivos morais e políticos, publicamos o extrato seguinte, traduzido de um artigo do *Journal des Débats,* de Paris, número de 26 de março do corrente ano de 1906.

Antes, porém, devemos recordar os documentos abaixo, para mostrar que o fundador e diretor da igreja positivista do Brasil se esforçou por cumprir também os conselhos do nosso mestre que motivaram o artigo aludido.

Pela Igreja e Apostolado Positivista do Brasil:

R. TEIXEIRA MENDES. Vice-diretor.

Em nossa sede, Templo da Humanidade, rua Benjamin Constant, nº 30.
Rio, 1 de São Paulo de 118 (21 de maio de 1906).

***

Extrato da 12ª Circular Anual do Apostolado Positivista do Brasil:

CONCURSO PARA O LIVRO SUSTENTO DO CULTO CATÓLICO.

Apostolado Positivista do Brasil, Rio de Janeiro, 12 de Bichat de 104 (13 de dezembro de 1892)

Ao Revm. Sr. Bispo do Rio de Janeiro.

Tendo o nosso Mestre recomendado aos seus discípulos o dever de concorrerem para a livre manutenção do culto católico, quando este fosse separado do Estado, a fim de renderem, por este modo, a homenagem que todos devemos aos imensos serviços prEstados à civilização pelo Catolicismo, e aos que ainda presta no domínio moral, rogo

vos digneis aceitar, com esse intuito, a inclusa quantia, modesta contribuição com o que desejamos concorrer anualmente para o indicado fim. Recebei as nossas saudações respeitosas.

Pelo Apostolado Positivista do Brasil,

MIGUEL LEMOS.

***

Palácio Episcopal, 15 de dezembro de 1892.

Ilmo. Sr. Dr. Miguel Lemos.

Recebemos o ofício de V. S., datado de 13 do corrente, no qual nos diz ser recomendado pelo Mestre do positivismo aos seus discípulos que auxiliem a livre manutenção do culto católico, quando estiver separado do Estado, como homenagem geralmente devida aos imensos serviços prEstados à civilização pelo Catolicismo, e aos que ainda presta no domínio moral, rogando-nos ao mesmo tempo que recebêssemos essa oferta nesse declarado intuito e com a qual deseja V. S. contribuir anualmente. Sem desconhecer a boa intenção dessa homenagem prestada ao Catolicismo, que civilizou os povos e continua nas veredas da verdadeira moral, cumprimos respeitosamente o dever de agradecer a oferta, com a declaração de não podermos recebê-la.

Nos permitirá, pois, V. S. a vênia de devolvermos a generosa oferta que se dignou fazer-nos.

De V. S. atento venerador.

† **JOSÉ,**
Bispo do Rio de Janeiro

***

Capela da Humanidade, de 19 de Bichat de 194 (20 de dezembro de 1892)

Ao Revm. Sr. Bispo do Rio de Janeiro.

Recebemos o vosso ofício de 15 do corrente mês gregoriano, que só nos foi entregue ontem, no qual nos declarais que, sem desconhecer a nossa boa intenção, não podeis contudo aceitar a contribuição pecuniária com que desejávamos concorrer anualmente para a livre manutenção do culto católico. Lamentando semelhante resolução, que nos priva de cumprir um grato dever recomendado pelo nosso Mestre aos seus discípulos, só nos cabe acatá-la, conquanto não tivesse julgado oportuno indicar os motivos de vossa recusa.

Aceitai as nossas saudações respeitosas,

MIGUEL LEMOS,
Diretor do Apostolado Positivista do Brasil.

***

Extrato do *Journal des Débats*, de Paris, de 26 de março de 1906:

Augusto Comte e a separação

Assinalamos recentemente, em um *Dia a dia*, a oferta feita a uma igreja de Paris em nome de Augusto Comte. Recebemos, a este respeito, a carta seguinte:

Meu caro diretor.

Relatastes recentemente no vosso jornal o fato que os discípulos de Augusto Comte acabavam de remeter, em nome do seu mestre, a soma de 50 francos a uma igreja de Paris. Ajuntastes que eles cumpriam assim uma cláusula do testamento de Augusto Comte, cláusula que, segundo a vontade do tEstador, devia ser executada no dia em que a Igreja fosse separada do Estado. A imprensa, em geral, espantou-se de tal cláusula. Vós vos tornastes eco desse espanto. Aproveito mesmo disso para pedir-vos a permissão de explicar esse feito do Fundador do Positivismo. Tenho aí bastante interesse. Empreendi, com efeito, este ano, dar algumas lições sobre Comte. A minha primeira lição era intitulada "Católicos e positivistas; o acordo". Se Comte cometeu um paradoxo fazendo um legado a Igreja Católica, eu cometo por minha vez outro querendo pôr de acordo dos católicos e os positivistas.

Apresso me, porém, em dizê-lo: não há em tudo isso paradoxo algum.

Comte desejava, é verdade, não direi a separação entre a igreja e o Estado, porque isso seria restringir o seu passamento, mas a separação entre todo o poder espiritual e todo o poder político. Por ter esboçado entre os dois poderes tal separação, que tinha sido desconhecida da Antiguidade, ele considerava a constituição católica da Idade Média como a "obra-prima da sabedoria humana". O advento social na Idade Média de uma potência exclusivamente moral, que elabora os princípios em aconselha sem mandar diretamente, é considerado, com efeito, por Comte, como o maior progresso que haja jamais sido feito na organização da sociedade e como a principal causa da superioridade da política moderna sobre a da Antiguidade.

Não é em um jornal, onde, apesar da generosa hospitalidade concedida, o lugar é forçosamente limitado, que se podem expor as razões dessa admiração de Comte pela constituição católica da Idade Média. Simplesmente direi, pois e essas razões são das mais profundas, das mais eloquentes.

Mas, essa constituição que Comte admira foi destruída pelo protestantismo e a revolução. Durante esse longo período revolucionário, o poder espiritual tem sido cada vez mais enfraquecido, anexado ao Estado, cada vez mais tem sido reduzido à impotência. Ora, Comte pensa em reconstitui-la. Para isso ele pensa em reconstituir a organização social que foi dissolvida em nome da igualdade, em reconstituir a autoridade política que foi destruída em nome da soberania do povo, e enfim reconstituir o poder espiritual que foi arruinado em nome do livre exame individual.

Ora, esse poder espiritual, Comte queria organizá-lo segundo o plano que nos foi traçado pela Idade Média, isto é, e ele queria organizar um poder espiritual distinto e

independente do poder político. Mas, como se prevê, no seu pensamento, esse novo poder espiritual devia governar mediante uma doutrina nova, a doutrina positivista.

Para permitir, porém, a difusão dessa doutrina, para permitir a organização do novo poder espiritual, Comte não sonhava com violência alguma, com golpe de força algum. Não fazia apelo algum ao Estado. Simplesmente, a fim de "entregar a reorganização das opiniões e dos costumes a livre concorrência das doutrinas capazes de efetuá-la", ele pedia a liberdade, liberdade de exposição e de discussão, liberdade de ensino. Pedia a liberdade "não em virtude de um direito anárquico, mas como garantia de ordem e meio de regeneração".

O Estado, dizia ele, devem entregar a educação às livres tentativas das associações particulares, a fim de permitir o advento de "uma doutrina própria para determinar, mediante uma verdadeira discussão, convicções fixas e comuns, que todo o sistema legal de instrução pública suprimiria, longe de poder produzi-las". "A principal condição de tal liberdade – escrevia Comte – consiste hoje em suprimir simultaneamente todo o orçamento dos cultos e todo o orçamento do ensino, deixando a cada um o sustento do culto e da instrução que preferisse. Essa dupla supressão deve aliás efetuar-se com a justiça e a generosidade que convém a uma verdadeira regeneração, superior a qualquer rivalidade odiosa: será preciso, pois, indenizar dignamente as pessoas eclesiásticas ou universitárias, assim atingidas por uma medida que não tinham podido prever". Será preciso igualmente, acrescentava ele, dar criteriosos animações aos ramos os mais expostos a ser negligenciados nas empresas particulares, sobretudo a instrução primária. Mas, se Comte anelava pela supressão do orçamento dos cultos, não se pode dizer que ele desejasse a separação entre a Igreja e o Estado nas condições em que acaba de ser efetuada. Essa separação, que não é senão uma medida de hostilidade contra o Catolicismo, ele a teria por certo repelido.

Em primeiro lugar, ele não admitia que a supressão do orçamento dos cultos se fizesse sem a abolição correspondente do orçamento do ensino. Depois, depois ele queria que se respeitassem sempre os edifícios católicos, esses edifícios nos quais um positivista, dizia ele, "sente-se compenetrado de uma deliciosa emoção de profunda simpatia social". E para dizer, em uma palavra, em que espírito ele sonhava a separação, recordarei que ele pedia que ela viesse da iniciativa do próprio clero. Falando da supressão do orçamento dos cultos, ele escrevia, com efeito: "mas uma digna iniciativa não pode, a este respeito, vir senão dos próprios padres católicos, sem o que a medida pareceria hostil ao Catolicismo".

Mas Comte podia, pois, crer que tal iniciativa viesse jamais do próprio clero católico; que o clero estaria jamais disposto a se deixar despojar assim por sua própria vontade? Sim, pensava, se em troca o clero católico recuperasse a independência que lhe é indispensável para preencher a sua missão social.

Mas, dir-se-á, Comte reconhecia pois no Catolicismo uma missão social no presente? Não era pois um respeito todo platônico pelo passado do Catolicismo que ele professava? Não. Certamente é no positivismo que ele tem fé para regenerar a sociedade. Mas, enfim, essa doutrina positivista não está vitoriosa, o poder espiritual correspondente não está organizado. E, enquanto ele se organiza, a revolução prossegue a sua obra, ela continua a arruinar o que resta da ordem social. Ora, para salvar essa ordem, para manter

ainda uma certa disciplina, Comte não vê, enquanto se espera o advento do regime positivista, se não o Catolicismo. É, é portanto, no seu pensamento, um dever social para todo o positivista defender o Catolicismo, sustentá-lo na sua missão. Daí a cláusula em questão do seu testamento, cláusula na qual ele pede a seus discípulos que entreguem anualmente em seu nome à Igreja Católica, quando esta estiver separada do Estado, a soma de 100 francos.

E ajuntarei uma coisa que dá ainda mais significação ao seu legado: é que ele empenhava os seus discípulos a seguirem o seu exemplo, a subvencionarem também, na medida dos seus recursos, o sustento do culto católico. "Imitando-me – dizia ele – eles ajudar-me-ão a proteger o Catolicismo contra a opressão revolucionária".

Ele tinha mesmo previsto que essa proteção poderia ser, segundo os acontecimentos, ainda mais direta, mas ativa. Recordarei, com efeito, este fato. Em 1857, Comte, esperando poder concluir uma aliança entre positivistas e católicos, tinha, nesse fito, encarregado um dos seus discípulos, M. Sabatier, de dirigir-se a Roma, junto do Geral dos Jesuítas, o padre Beckx. Esse passo não teve, aliás, resultado. Mas o que eu quero reter são as palavras pelas quais o emissário de Augusto Comte terminou a entrevista: "Quando as tempestades políticas do porvir, declarou M. Sabatier, manifestarem toda a intensidade da crise moderna, vós achareis os jovens positivistas prontos a se fazerem matar por vós, como estás prontos a vos fazer massacrar por Deus."

Dir-me-ão que tudo quanto acabo de referir não quadra muito com o que se sabe da atitude de certos positivistas, notoriamente daqueles que se acotovelavam em torno do general André no dia da ereção, em 1902, da estátua de Comte. Mas responderei que esses positivistas, ou antes esses *soi-disant* positivistas, podem bem intitular-se discípulos de Littré ou de Laffitte, mas não têm nenhum direito a dizer-se discípulos de Comte. (...)

LÉON DE MONTESQUIOU.

(Publicado na secção ineditorial do *Jornal do Commercio* de 22 de maio de 1906.)